

O GOVERNO VARGAS, UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.

Jeovane Aparecido de Amorim
Isabel Bilhão (Orientadora)

RESUMO

Esta comunicação apresenta uma contextualização historiográfica sobre o Primeiro Governo Vargas, que se inicia com tomada do poder, em 1930, e vai até sua deposição, em 1945. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica especializada, com base em autores que estudaram o período.

Desta forma apresento as relações de poder que construíram este governo, destacando a chegada de Vargas ao poder em 1930; a Revolução Constitucionalista de 1932; o Governo Constitucional de 1934-37; as relações de poder que levaram ao golpe do Estado Novo; a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; a Propaganda política do Ministério do Trabalho associada com o Departamento de Imprensa e Propaganda, com ênfase sobre o ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho; o Movimento Queremista; a oposição à Vargas no fim do Estado Novo, enfatizando a União Democrática Nacional (UDN) que era um partido composto pelos opositores de Vargas e queriam seu afastamento da presidência da República; e a sua deposição em 29 de outubro de 1945.

Palavras chave- Getúlio Vargas, política, propaganda.

Este trabalho possui por objetivo realizar uma contextualização histórica sobre o Primeiro Governo Vargas, desde a tomada do poder em 1930, até a sua deposição em 1945. Quando pensamos em Getúlio Vargas o que nos vem à mente é imagem de líder populista, autoritário e que governava o Brasil de forma a criar uma base de apoio para o seu projeto político, que primava pela busca de um ideal nacionalista para levar ao Brasil a atingir o progresso.

Através deste projeto político e baseando-se em idéias nacionalista que surgiam no mundo do pós - Primeira Guerra, destacando a influência do Nazismo Alemão e Fascismo Italiano. Vargas chega ao poder em 1930 através de um Movimento Armado que iria mudar os rumos políticos do país, assim Vargas começa a fazer sua política, como diz Maria Celina D'Araujo.

Nos anos 30, passou a atuar como único chefe da nação e, em nome de um projeto que julgava ser o melhor para o país, fechou o congresso, reprimiu as liberdades públicas, isolou os descontentes, perseguiu inimigos, cooptou possíveis opositores, impôs-se como chefe de Estado e projetou-se como líder popular, como populista e como estadista.(D'Araujo, 1997, p. 10).

O regime implantado por Vargas desfrutava de uma base de apoio solida, contudo sem conseguir neutralizar a oposição. Destacamos o caso dos militares que apoiavam Vargas para que este se estabelecesse junto ao poder. Já o Estado de São Paulo que era considerada a "locomotiva da nação", por se tratar do Estado mais rico do país e que exigia do governo central a convocação de eleições para formar uma assembléia constituinte, que iria reformular a constituição do País.

Está reivindicação da oposição paulista culminou, em 9 de julho de 1932, em uma guerra civil que os paulistas promoveram contra o

governo federal, que ficou conhecida por “Revolução Constitucionalista de 1932”, que foi rapidamente reprimida pelo governo com a ajuda do Exército Brasileiro que até então poderia ser denominado como principal base do governo provisório.

A “Revolução Constitucionalista de 1932” pode ser caracterizada o incidente mais grave ocorrido durante o Governo Provisório, que mostra que a oposição estava atenta aos movimentos varguistas e a sua preocupação com a questão política do País.

Desta forma, em 1933 houve eleições para a formação da assembléia constituinte, que elegeu Getúlio Vargas Presidente da República de forma indireta e assim foram iniciados os trabalhos da Assembléia que iria formular a constituição que em 1934 seria promulgada.

Os durante o ano de 1935, no Brasil surgiu um movimento Armado que foi liderado por Luís Carlos Prestes, chamado de Intentona Comunista, que objetivava a derrubada de Vargas e a implementação de um governo popular liderado por Prestes, contudo o objetivo não fora atingido como podemos notar nas palavras de Dulce Pandolfi,

Depois da rebelião, uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas, mas contra todos considerados opositores do regime. Milhares de pessoas foram presas em todo o país, inclusive deputados, senadores até mesmo o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, um dos principais articuladores da Revolução de 1930. (PANDOLFI, 2006, p.32).

O que se torna claro após o fracasso do movimento Armado é o fortalecimento do executivo como podemos notar,

A despeito do fracasso, a chamada revolta comunista serviu de forte pretexto para o fechamento do regime. A partir de novembro de 1935, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados.(PANDOLFI, 2006, p.33).

Estes poderes que o executivo conseguia permitiram com ele conseguisse manter os seus opositores afastados e garantir formas de montar uma base de apoio a sua manutenção, tudo isso justificado em combate ao comunismo.

Mesmo com o discurso do Governo se referindo ao perigo comunista como uma questão de segurança nacional, as eleições marcadas para 1938 ainda eram mantidas, embora houvesse a tentativa do chefe do executivo, Getúlio Vargas em prorrogar o próprio mandato sem sucesso.

Assim, em 1937, o Brasil viveu o que daria início ao novo rumo das políticas varguistas, se baseando regimes nazi-fascistas que conduziam a Europa em direção ao nacionalismo extremado. Nesta linha ideológica Vargas cria o Estado Novo, no qual ele próprio se colocava como chefe da nação para conter a ameaça comunista assim, nas palavras de Maria Celina D'Araujo, o chefe maior da nação comunicou ao povo o fechamento do congresso nacional.

Em 10 de novembro de 1937 Getúlio comparece a uma estação de rádio e anunciava que o país ganhara uma nova constituição, que o congresso estava sendo fechado e que a partir desse momento ele se transformava em chefe absoluto da nação. (D'Araujo, 1997, p.27).

Está influência que os estados nacionalistas europeus possuíam sobre o Brasil foram fortes e de destacada importância, tanto que a polícia estado-novista dirigida por Filinto Muller⁴⁵⁴, possuía claras influências com da Gestapo. Esta aproximação aos regimes nazi-fascistas começa a ser fragilizada com a entrada dos Estados Unidos na Guerra.

Uma das grandes forças do Estado Novo era a propaganda, por isso o Governo quando declara apoio aos Aliados, ele propagandeia que, tal decisão dava-se por conta de uma negociação, no tocante a recursos para a execução de obras de infraestrutura do país e este também alegava que a entrada do Brasil na Segunda Guerra foi de importância estratégica para o programa governamental que visava o aprimoramento da indústria e do Exército Brasileiro.

O grande interesse dos Estados Unidos era o uso do Nordeste Brasileiro como posição estratégica a fim de evitar os avanços nazi-fascistas sobre a América Latina, e da proximidade do Nordeste brasileiro com o Norte Africano, além de instalar bases de apoio ao conflito que se estendia via Europa, como podemos notar nas palavras de Angela de Castro Gomes:

As cartas da barganha política estavam na mesa. Elas consistiam, por parte dos Estados Unidos, no interesse pelo Nordeste brasileiro [sic.] como local para instalação de bases militares estratégicas, e por parte do Brasil na obtenção de recursos materiais visando à instalação do projeto siderúrgico de Volta Redonda e o reequipamento do Exército (GOMES,1988, p. 198).

Além do mais, a entrada do Brasil na no conflito pode ser vista como uma contradição do regime, pois a Guerra era travada contra as

⁴⁵⁴ Chefe da polícia política do Distrito Federal nos anos de 1933 a 1942. Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/filinto_muller acessado em 26/03/2010.

nações autoritárias e o Brasil estava vivendo uma ditadura declarada desde 1937, que de fato levou os grupos opositores ao regime viverem sobre uma nova aura, pois o regime começou a mostrar sinais de enfraquecimento, contudo sem perder o controle político. “Alem do mais, não se deve assimilar o fato de ser pró-alidado com uma postura antiautoritária”. (GOMES, 1988, p. 198).

Desta forma, notamos que mesmo com a entrada na Guerra e um novo “ar” para a oposição e uma contradição interna do Regime, não afetará muito a governabilidade. Assim o Governo começa a efetivar sua política social, destacando o foco dado aos trabalhadores.

Para compreender melhor a relação do Estado Novo com os trabalhadores é preciso retomar alguns momentos pré-estadonovista. Durante os anos de 1935 a 1937 o Brasil atravessava um momento de grande efervescência política, destacando a presença de grupos comunistas, e o governo alegando uma ameaça comunista, declara a lei de segurança nacional que definia crime atividades ditas subversivas ou que ferissem a ordem política e social. É preciso assinalar que neste período o país viveu sob estado de sítio/guerra, tendo sido criado um Tribunal de Segurança Nacional⁴⁵⁵ (GOMES, 1988, p. 191). Fato este que permitiu que o governo conseguisse neutralizar a oposição organizada seja por meio de prisões ou simplesmente pela repressão realizada pela polícia especial de Filinto Müller que permitiu ao presidente organizar-se e decretar o Estado Novo, em 11 de novembro de 1937.

Com o Estado Novo já consolidado, o governo começou a implantar medidas que visavam atingir o operariado, a fim de formar uma base de apoio ao regime, assim em 1942, é instituída a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que era na verdade a união das várias leis que já

⁴⁵⁵ Tribunal de exceção responsável por processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares, políticas e sociais.

havam sido promulgadas ao longo do governo desde 1930. Assim, com a criação da CLT, significou um grande passo desta política social, pois está significava a realização de anos de reivindicação por parte dos trabalhadores, além do mais o Estado Novo aproximava mais dos trabalhadores.

Neste ano o conjunto de leis referentes ao mundo do trabalho (salário mínimo, férias, limitação de horas de trabalho, segurança, carteira de trabalho, justiça do trabalho, tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho), promulgadas ao longo dos anos foi sistematizado pela Consolidação das Leis do Trabalho. Esta medida representou, de um lado, o atendimento das reivindicações operárias que foram objetivo de imensa luta da categoria por várias décadas e, de outro, o controle através do Estado, das atividades independentes da classe trabalhadora, que acabou perdendo sua autonomia através do controle estatal. (CAPELATO, 2006, p.120).

Vale destacar também que para obter os direitos assegurados pela CLT, como salário mínimo, férias, limitação na carga horária, entre outros, o operário deveria possuir o registro na carteira de trabalho a fim de garantir estes benefícios e estar vinculado a um sindicato e assim a carteira de trabalho torna-se o documento que lhe garantia a cidadania.

A relação do Estado Novo com os trabalhadores foi muito forte, e para compreendê-la temos que mostrar a relação que o Ministério do Trabalho exercia sobre os meios operários e como ele difundia a política de ordem social, que era uma das principais bandeiras do Ministério e do próprio Governo.

O Ministério do Trabalho foi fundado em 26 de novembro de 1930, sendo uma das principais medidas tomadas pelo governo recém-estabelecido, que já se mostrava diferente a Antiga Republica Oligárquica

que fora suplantado, pois uma das características do Estado Novo era com a questão social, contudo o ministério não era exclusivamente direcionado aos trabalhadores, pois seu nome era Ministério do Trabalho e Indústria e Comércio⁴⁵⁶.

Com a entrada do Brasil na Guerra, e possíveis mudanças quando a Guerra acabasse assume o Ministério do Trabalho Marcondes Filho, com a responsabilidade de levar o aos trabalhadores os benefícios que a legislação trouxera desde de1930, mas principalmente após 1937.

A figura de Marcondes Filho começou a ser amplamente difundida, assim como as propostas trabalhistas e sociais do Estado Novo e do próprio Vargas, com um plano estratégico adotado pelo Ministro para atingir a população brasileira para comunicar os avanços na legislação trabalhista bem como estreitar os laços do Ministério com os trabalhadores. Assim o ministro passou há ocupar um tempo na "Hora do Brasil" todas as quintas-feiras para falar aos "trabalhadores", como podemos notar na fala Angela de Castro Gomes:

Em janeiro de 1942 o novo ministro do trabalho passou a ocupar, todas as quintas-feiras, durante dez minutos, os microfones do programa "Hora do Brasil", produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e irradiado pela Rádio Nacional. (GOMES, 1988, p.229).

Outro detalhe importante realizado pelo Estado Novo e que Marcondes Filho com o programa de rádio, em editoriais em jornais ampliou era a ideia de levar política a todas as classes com intuito de

⁴⁵⁶ A condução do Ministério do trabalho foi ocupada, em sua cronologia, pelos seguintes ministros: Lindolfo Leopoldo Boekel Collor (26.11.1930 a 04.04.1932), Joaquim Pedro Salgado Filho (06.04.1932 a 25.07.1934), Agamenon Sérgio Godóy de Magalhães (26.07.1934 a 25.11.1937), Waldemar Cromwell do Rêgo Falcão (25.11.1937 a 13.06.1941), Dulphe Pinheiro Machado⁴⁵⁶ (13.06.1941 a 29.12.1941), Alexandre Marcondes Machado Filho (29.12.1941 a 29.10.1945).

findar de vez com a República Velha, uma vez que nela apenas a elite possuía participação ativa nos meandros políticos e desta forma que o foco do regime era mostrar-se a população.

Logo, está participação das classes antes excluídas não se dá no campo da elegibilidade, pois lembrando o Brasil estava sob uma ditadura, assim a participação destas classes dava-se no âmbito da consciência daquilo que o Regime adotava enquanto política, principalmente, como citado acima, a política social, que prezava pela inclusão social através do trabalho e a proximidade do governo com os trabalhadores. "Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio". (GOMES, 1988, P. 230).

Vale destacar o nome escolhido para o programa ministerial e como o próprio nome enfatiza a preocupação com uma classe: os trabalhadores, o programa era chamado de "Falando aos Trabalhadores Brasileiros" mostra a que era um programa direcionado. Contudo, não podemos achar que as palestras realizadas pelo Ministro na rádio ficassem restritas aos trabalhadores, temos que lembrar que o ministério não era apenas do trabalho e ele era também da Indústria e Comércio, como podemos notar na fala de Angela Castro Gomes.

Mas as palestras não tratavam exclusivamente da temática vinculada ao trabalho. Já que o ministério – como lembrava freqüentemente Marcondes – era também da Indústria e do Comércio, cumpria destinar certas falas a notícias sobre esta esfera administrativas. Elas sempre foram em número bem menor, não só porque o público do programa era por excelência de trabalhadores, como porque a própria política do ministério vinha contemplando o tratamento da questão social. (GOMES, 1988, p. 232).

Marcondes Filho também estava presente em outro ponto importante para a condução do país, ele acumulava também o comando do Ministério da Justiça e Comércio Interior, diga-se de passagem, que sempre forma interina.

Neste caso, é bom recordar que na maior parte deste período Marcondes era o ministro da justiça, ou seja, um dos principais responsáveis pela condução da política nacional. (GOMES, 1988, p. 233)

Findando de vez com sua participação no Ministério da Justiça com a posse de Agamenon Sérgio Godóy de Magalhães, que ficou responsável por conduzir o processo de redemocratização.

A partir de 1942, com a entrada na Guerra a preocupação interna volta-se para a causa operária, tendo em vista que o Estado Novo difundia muito sua política social, pois através desta política o Estado poderia fornecer ao trabalhador uma condição de vida mais humana, e com melhores condições de vida.

“Se a legislação social era um meio de acabar com a pobreza, era um expediente necessário que, associado a outras medidas, poderia dar ao trabalhador uma situação mais humana e cristã, conforme aconselhava a doutrina social da Igreja desde a *Rerum Novarum*”⁴⁵⁷ (GOMES, 1988, p. 214-215).

Com o programa que era veiculado durante A Hora do Brasil, o ministro passa a difundir a idéia de sindicalismo, como parte desta política social, pois com a filiação a um sindicato os benefícios seriam maiores, e esta bandeira da filiação começou a ganhar mais força, e o objetivo desta política de filiação divulgada maciçamente pelo governo era “defender a ampliação dos efetivos sindicais, esclarecer que o trabalhador devia

⁴⁵⁷ Carta do Papa Leão XIII sobre a condição dos operários.

procurar o sindicato, pois só assim receberia assistência jurídica e médica” (GOMES, 1988, p.275). Além da preocupação deste assistencialismo, promovido pelo sindicato havia também a busca por novas lideranças “(...) treinar líderes que, como bons administradores, também compreendessem o espírito da legislação sindical, tudo isso constituía a parte pragmática de uma política mais global de afirmação do corporativismo” (GOMES, 1988, p.275).

Esta política de valorização da filiação do corporativismo, iniciada por Marcondes Filho tinha por objetivo declarado de difundir as informações das quais os trabalhadores em geral não possuíam acesso, logo se evidenciava a baixa adesão de trabalhadores sindicalizados, mas também funcionava para difundir o mito Vargas e a presença do Estado Novo. Na visão do Ministério do Trabalho isto existia, pois os trabalhadores não sabiam o quais benefícios poderiam usufruir e por isso a baixa adesão (poder associativo) dos sindicatos, e a visão do Governo Era,

“Os próprios funcionários da administração do Ministério do Trabalho, que reconheceram a inexistência de sindicatos representativos e que atestaram o fato de que os trabalhadores, desconhecendo os benefícios materiais que poderiam angariar através da filiação sindical, mantinham-se desinteressados em filiar-se”. (GOMES. 1988, p. 276).

A questão do sindicalismo e corporativismo começa a ser mais interessante para o regime, haja vista, que seu enfraquecimento era visível após a entrada na Guerra e uma forma de manter as bases sociais implementadas pelo Estado e evitar a volta de um liberalismo como o que existia antes da “Revolução de 1930”. E esta conscientização das massas trabalhadoras, deveria ocorrer pelos sindicatos.

Logo, as preocupações com a arregimentação de sindicalizados começaram a tornar-se de grande importância para o Estado, pois a quantidade de filiados aos sindicatos era extremamente baixa, “a sindicalização não era obrigatória, embora fosse a forma de aquisição de direitos e obrigações perante o Estado” (GOMES, 1988, p. 283).

Para aumentar o número de sindicalizados Marcondes Filho e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), lançam campanhas que visavam difundir as políticas sociais, e os benefícios que os sindicatos trariam a seus associados. Para colocar estas campanhas ao alcance dos trabalhadores o recurso mais utilizado foi o rádio que possuía um alcance em boa parte do território nacional.

Assim, é possível notar que o interesse do Estado não era apenas o de propagandear seus feitos, mas havia também a preocupação com a difusão das idéias do corporativismo brasileiro. “Desta forma, objetivo da propaganda do corporativismo brasileiro no pós-42 não era mais simplesmente criar uma massa que seguisse a proposta do estado por ausência de alternativas. Era, em certo sentido específico, mobilizar, preparando lideranças e criando seguidores”. (GOMES, 1988, p.277).

Quando pensamos em propaganda política, o Estado Novo foi pioneiro no Brasil, e o Ministério do Trabalho utilizou-se destes meios para atingir os trabalhadores e criar uma imagem de um Estado que se preocupa com o bem estar dos cidadãos, e está propaganda contribuiu para a criação do mito Getúlio Vargas.

Com a crise política do Estado Novo o Brasil começou a viver uma nova aura política, que tornou possível a volta dos partidos políticos à cena nacional, além de manifestações anti estadonovista.

Assim, em final de 1944, o Estado Novo estava próximo de seu fim, como o próprio Vargas declara em 31 de dezembro de 1944, no tradicional banquete de passagem de ano, oferecido pelas Forças Armadas, "Getúlio anunciava oficialmente a nação a breve execução da reforma constitucional, necessária para a igualmente breve realização de eleições que reconduziriam o país a normalidade democrática". (GOMES& D'ARAUJO, 1989, p. 11).

Logo, Vargas necessitaria de um político de influência para gerir esta transição, assim Vargas nomeou para o Ministério da Justiça o interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, além do mais o Ministério da Justiça estava sendo ocupado de forma interina por Marcondes Filho. A influência de Agamenon Magalhães era de fato reconhecida, seja pela fidelidade quando ele ocupou cargos ministeriais ou sua administração da interventoria do Estado Pernambucano. Contudo em 1945, Agamenon assume o Ministério em 1945 como nos diz Gomes:

Somente em março deste ano, quando o quadro de pressões estava configurado, os partidos praticamente instalados e as candidaturas presidenciais articuladas, Vargas solicitou a Agamenon Magalhães que abandonasse o cargo de interventor em Pernambuco para assumir o ministério da Justiça. (GOMES, 1988, p. 200).

Assim, Agamenon era responsável em conduzir a política de redemocratização e buscar evitar ao máximo uma ruptura que poderia levar perda os benefícios que o Estado Novo havia implantado.

Durante o processo de redemocratização surgem novamente os partidos políticos, contudo podemos destacar três deles como os maiores e mais influentes, são o PTB, PSD e UDN.

No período que vai de 1945 a 1964 três grandes partidos marcam a cena da política brasileira: o Partido Social Democrático (PSD); a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Convivendo com outras organizações partidárias de menor porte e de importância eleitoral mais regionalizada, não há dúvida de que PSD, UDN e PTB foram as organizações que dominaram o sistema partidário do país, um sistema que se tornara nacional justamente em 1945, quando esses partidos se formaram. (GOMES, 2002, p.1).

Podemos caracterizar o surgimento do PTB como o partido de criação Ministério do Trabalho, pois através de sua influência forneceria a principal fonte de filiados para o partido, ou seja, os trabalhadores.

O PSD também foi criado sob olhares do Estado, pois a sua base política estava calcada na presença dos Interventores estaduais, principalmente dos interventores de Rio de Janeiro (DF), São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Já a UDN surgiu em torno de negativas à ditadura implantada por Vargas, logo a grande bandeira da UDN no seu início foi o anti-getulismo. A sua fundação ocorreu no dia sete de abril de 1945.

Havia uma definida bandeira política: a reconquista das liberdades democráticas. Havia uma promessa de eleições: a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Havia, sobretudo, um herói candidato, o Major-Brigadeiro Eduardo Gomes (BENEVIDES, 1981, p.24).

Com esta bandeira de busca da liberdade foi que UDN, ao longo do processo de redemocratização, passou a agir para retirar Vargas do poder, e a busca de um herói sem mácula política, era a melhor forma de vencer aquelas que seriam as eleições que colocaria fim ao mando

Varguista e colocaria um fim ao Estado Novo. Assim surge a figura do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, (um remanescentes) ele era um dos "18 do Forte de Copacabana" o que exaltava o ideal do herói que poderia livrar o país das garras do Estado Novo.

Assim, a UDN aglutinou em sua base de fundação, correntes de várias linhas ideológicas, e políticos de extrema polêmica, seja pelo fato de estarem ao lado da UDN e contra Getúlio Vargas. Podemos destacar algumas figuras. Arthur Bernardes, ex-presidente da república, o mesmo que acabou com o levante conhecido como "18 do Forte de Copacabana" no qual estava presente Eduardo Gomes, e agora aliados em busca de um objetivo político que era o mesmo, o fim do Regime Ditatorial. Destaca-se de Adhemar de Barros, ex-interventor paulista durante o Estado Novo, Oswaldo Aranha ex-ministro das relações exteriores, que havia deixado o governo em 1944.

Com estes exemplos podemos perceber como a fundação da UDN estava vinculada apenas a um objetivo. "Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos, reúnem-se com a finalidade única de apresentar a queda de Vargas e suprimir seu regime". (Benevides, 1981, p. 29).

Desta forma, com pressões, o Estado Novo rui em 29 de outubro de 1945, através de um golpe Militar, Getúlio foi deposto, em seu lugar assumiu José de Linhares⁴⁵⁸, fato este que não permitiu que Vargas passasse a faixa presidencial ao próximo presidente, democraticamente eleito. Porém, antes destes acontecimentos que depuseram Vargas, o Brasil viveu um momento de grande mobilização popular o chamado Movimento Queremista.

⁴⁵⁸ Foi presidente do País de 29.10.1945 a 31.01.1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/infger_07/presidentes/jose_linhares.htm, acessado em 24/05/2010.

Um Pouco tempo depois, a Lei constitucional nº9 seria promulgada, levando de fato o país aos eixos democráticos e, desta forma, a oposição foi se fortalecendo em direção a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, porém, o que a oposição não contava era com a participação das massas populares durante os meses seguintes.

Entre fins de fevereiro de 1945, quando José Américo de Almeida rompeu o cerco da censura, e 29 de outubro, com a deposição de Vargas, a sociedade brasileira, em pleno processo de democratização política, mobilizada em dois campos antagônicos, assistiu e participou de um movimento de massa, de proporções grandiosas, conhecido como *queremismo*. (FERREIRA, 2005, p. 25).

Com o processo de redemocratização em marcha, poderia se pensar que a força política do "ditador" enfraqueceria e que estaria fadada ao fracasso, toda via não é isto que podemos observar, nas palavras de Ferreira, "cai à ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador, vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem permanência de Vargas". (FERREIRA, 2005, p. 26).

O movimento *queremista* foi uma demonstração de como a classe trabalhadora já estava interessando-se pela política, embora fosse um movimento popular, não podemos esquecer que havia por de trás dele uma participação estatal, destacando a presença do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, e do DIP, que estava enfraquecido no âmbito da censura, mas não da propaganda, propaganda esta que foi toda direcionada ao movimento *queremista*. Além da participação estatal havia o interesse do empresariado que se beneficiou ao longo dos quinze anos da administração *getulista*.

Em abril que surgem pela primeira vez na grande imprensa as expressões "queremos", "nós queremos" ou ainda "nós queremos

Getúlio". No mês seguinte, o movimento, de base popular, ainda sem direção e organização centralizada, e cujo único ideário político era a continuidade de Vargas no poder, espalhou-se por todo o país e, como que reagindo ao objetivo comum que unia as oposições – "Fora Getúlio"- pregavam tão-somente "Queremos Getúlio". (FERREIRA, 2005, p. 31 e 32).

Não podemos nos esquecer de que o movimento queremista no início não possuía bases políticas claras, ou um projeto político a não ser o "queremos Getúlio". O movimento no início possuía corpo, mas não cabeça, isto é, uma cúpula que organizasse as bases do movimento.

Uma das condições que permitiu a disseminação do queremismo foi participação do empresariado, como o exemplo de Hugo Borghi, que enriqueceu durante o governo varguista. Assim, a sua participação deu-se da seguinte forma:

Borghi, getulista convicto, comprou três estações de rádio e, mais tarde alugou outras. Como os próprios homens do governo não rebatiam as críticas dos oposicionistas, começou a escrever textos em defesa de Vargas que eram lidos por locutores e, alguns dias mais tarde, ele mesmo tomou a voz aos microfones. (FERREIRA, 2005, p.33).

Assim, o queremismo tomava forma e fortalecia na defesa e permanência de Vargas frente ao movimento oposicionista, movimento este que prezava pela crítica de como o movimento era dirigido, e como era possível notar a presença do dinheiro do empresariado, seja na compra ou aluguel de emissoras de rádio quer na compra de espaços na grande imprensa para divulgar o movimento. De fato os braços destas alianças em torno do queremismo eram claras.

Mas o queremismo não foi simples criação do Ministério do trabalho com suporte privado,

como pregava a oposição. Sem a vontade política dos trabalhadores e a presença popular nas ruas, o apoio oficial e empresarial seria inócuo e condenado ao fracasso. (FERREIRA, 2005, p. 33).

Porém mesmo com esta intensa mobilização Vargas não se lançou candidato à presidência, e nem terminou de levar o país à redemocratização, pois em 29 de outubro é deflagrado o golpe de estado que deporiam Vargas.

Bibliografia

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 23-59.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs). O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006, p. 107-143.

D'Araújo, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 21-89.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988, p. 189-329.

_____ & D'Araújo, Maria Celina. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

_____ **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13 jul.2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos de 1930: as incertezas do regime**. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs). O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 13-37.